



Arquivo

A proposta dos ministros, para abrir uma estrada no parque, contraria legislação de Figueiredo sobre o assunto

Estrada no Parque do Araguaia

Da sucursal de
BRASÍLIA

O Parque Nacional do Araguaia, conforme denúncia publicada há um ano pelo Estado e o Jornal da Tarde, deverá mesmo ser cortado por uma estrada, destinada ao escoamento da produção de arroz e álcool produzidos no Leste de Mato Grosso, e que atende principalmente aos interesses do grupo econômico Banco de Crédito Nacional.

Exposição de motivos nesse sentido foi enviada ao presidente da República pelos ministros do Interior, Mário Andreazza, e da Agricultura, Amaury Stábile, e pelo chefe do Conselho de Segurança Nacional, Danilo Venturini. Os termos da exposição foram revelados pelo presidente do Centro de Conservação da Natureza de Minas Gerais, Hugo Werneck.

A informação causou impacto nos meios conservacionistas, que vêm na medida a abertura de um precedente que deverá pôr em risco a integridade de todas as unidades de conservação do País. Tanto Hugo Werneck como o presidente da Fundação Brasileira de Conservação da

Natureza — FBCN —, Ibsen de Gusmão Câmara, lembraram que a proposta dos ministros contraria a legislação sobre os parques instituída pelo próprio presidente Figueiredo, em 1979.

O decreto que regulamenta a lei de criação dos parques é taxativo ao afirmar que não são permitidas, dentro dessas áreas, quaisquer obras que possam alterar suas condições hídricas naturais. A estrada no Parque do Araguaia, localizado na ilha do Bananal, no rio Araguaia, cortaria a unidade no sentido Leste—Oeste, obstruindo assim os rios que correm na direção Norte—Sul. Outro artigo do regulamento geral dos parques nacionais veda a construção de ferrovias, teleféricos, rodovias e linhas de transmissão “que não sejam do interesse do parque nacional”.

A exposição de motivos, no entanto, inclui a estrada no plano de manejo do parque, tornando-a parte integrante do sistema de manutenção da reserva. Para Ibsen de Gusmão, “isto é uma maneira de falsear a verdade, já que está usando o plano de manejo como uma fachada para contrariar a legislação vigente”.

Ibsen contou os detalhes de uma

reunião realizada em Brasília da qual participaram ele, Hugo Werneck, um representante do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, outro da Superintendência de Desenvolvimento do Projeto Oeste (que ficará responsável pela construção da estrada) e um membro do grupo BCN. O presidente do FBCN não revelou o nome deste último, mas disse que ele somente aceitava soluções que incluíssem o parque nacional no projeto. “Ao final do encontro, o diretor do BCN afirmou que era melhor que encontrássemos uma solução que atendesse a todos, porque a lei a gente arranja um jeito de mudar depois.”

Ele concluiu que “não há um mínimo de seriedade, já que se faz um parque para atravessar séculos e o governo cede sob a primeira pressão de um grupo econômico”.

De acordo com a exposição de motivos, “a demora na implantação dos parques mencionados (o Parque Nacional e o Parque Indígena do Araguaia) poderá gerar depredações nos recursos naturais, conflitos de ordem político-social e outros obstáculos ao desenvolvimento da região”. Uma argumentação semelhan-

te foi desenvolvida na reunião de Brasília, segundo Hugo Werneck, pois tanto o representante da Sudeco quanto o do BCN tentaram “trocar” a autorização para a construção da estrada por equipamentos destinados à implantação do parque.

A exposição de motivos fixa o prazo de 30 dias para que o IBDF, a Sudeco, o Conselho de Segurança e a Fundação Nacional do Índio proponham medidas relativas à instalação de pontos de orientação e vigilância, aquisição de equipamentos e recrutamento de pessoal. E os Ministérios do Interior e da Agricultura liberariam os recursos necessários.

Hugo Werneck finalizou suas observações sobre o assunto afirmando que “o poder político, neste país, vive a reboque do poder econômico, há 18 anos”. Lembrou ainda que desde que o BCN implantou, na margem esquerda do Araguaia, o projeto Cedeara, “a área se transformou num foco de grandes problemas sociais na região”.

Werneck e Gusmão iniciaram ontem mesmo os contatos para tentar mover uma campanha internacional visando sustar a medida.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de São Paulo Class.: 160

Data: 09/12/82

Pg.: _____